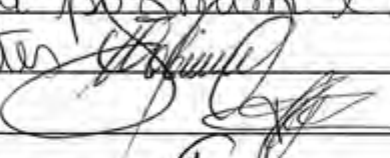

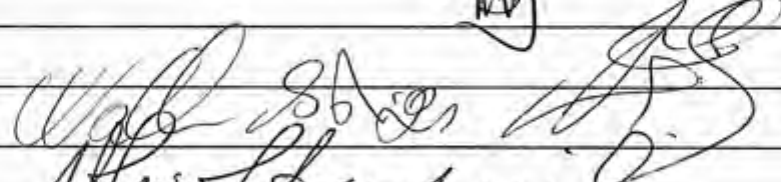


rios. E disse que o Presidente da Câmara tem
poder para contratar um advogado. E disse que
esta causa é de interesse do município, e é
lamentável um problema simples e dois po-
deres ficarem se debatendo e não resolver. Fa-
zendo uso da palavra, o Vereador Carlos disse
que participou da comissão que foi averiguar
as cercas. E disse que lá foi feito de propósito,
pois, foi feito em lotes sendo que a estrada
fica no meio. Tom a palavra, o Vereador Do-
mingos disse que o Vereador não tem poder
de ir lá e arrancar a cerca. Para isso tem
a justiça. Fazendo uso da palavra, o Senhor
Presidente disse que vai falar amanhã com o
Prefeito. E pediu aos Vereadores que desse contin-
uação à Revisão da Lei Orgânica. Sendo que
foi revisado do Art. 117 ao Art. 137. Não ha-
vendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente em no-
me de Deus declarou encerrada a presente Ses-
são. Eu, Carlos Alberto Vileira da Silva la-
varei a presente ata que depois de lida e apro-
vada vai assinada por mim e pelos demais
Vereadores presentes.




Carlos Alberto Vileira da Silva
Carlos Alberto Vileira da Silva

Ata da Sessão Ordinária da Câmara
Municipal de Guadalupe Estado do Piauí
dos 17 (dezessete) dias do mês de junho do

ano dois mil e dois (2002). Nesta cidade de Guadalupe no Palácio Legislativo Vereador Georgiano Ferronades Lima na Sala denominada Vereador Ezeron Rodrigues dos Santos, onde funciona o Plenário, reuniram-se os Senhores Vereadores: João Batista Sobrinho - Presidente, Francineth Lima da Costa - Vice-Presidente, Carlos Alberto Oliveira da Silva - 1º (primeiro) Secretário, Edivan Pereira de Miranda - 2º (segundo) Vice-Presidente, Alderico Porto Mourinho - 2º (segundo) Secretário, Gilberto Gonçalves Guimarães, José Benvenuto Mourinho Neto e Wallem Rodrigues Mourinho. Não compareceu o Vereador Domingos Martins Neto. Expediente lido e aprovada a Ata da Sessão anterior sem ressalvas lido o Ofício nº 10323161/MS/SE/FNS, do Ministério da Saúde, informando a liberação de recursos financeiros referentes ao programa de pagamento de Saúde Bucal no valor de R\$ 1.083,33 (hum mil e oitenta e três reais e trinta e três centavos). Lido o Ofício nº 10324105/MS/SE/FNS, do Ministério da Saúde, informando a liberação de recursos financeiros referentes ao pagamento de Programa de Agentes Comunitários de Saúde, no valor de R\$ 3.116,67 (três mil cento e dezesseis reais e sessenta e sete centavos). Lido o Ofício nº 10328368/MS/SE/FNS do Ministério da Saúde informando sobre a liberação de recursos financeiros referentes ao pagamento do Programa de Saúde da Família no valor de R\$ 8.412,00 (oito mil quatrocentos e doze reais). Lido a Mensagem do Poder Executivo, encaminhando a esta Casa o Projeto de Lei nº 002/2002 que doa ao Poder Judiciário Estadual, terrenos para construção do prédio do Fórum Judicial do Município de Guadalupe. Com a palavra, o Senhor

Presidente encaminhou o referido projeto às devidas comissões. Em seguida, colocou em primeira e segunda votação o Projeto de Lei que derruba o Veto do Senhor Prefeito às Emendas feitas ao Projeto de Lei nº 008/2001 que trata sobre o Plano de Carreira e Remuneração e Estatuto do Magistério Público do Município. O mesmo foi aprovado por unanimidade. Fazendo uso da palavra, o Vereador José Neto falou sobre as ações vendidas pela Prefeitura, e disse que até agora não obteve nenhuma informação. Falou também sobre a cobrança de 15% da Mendes Junior, que não consta nos balancetes. E pediu ao Sr. Presidente que fosse enviado um ofício ao Sr. Juiz e Promotor, solicitando informações sobre os recibos da reforma do Fórum que lhes foram entregues. Falou também que no dia 18 de janeiro deste, foi celebrado um convênio entre a Prefeitura e o Ministério da Saúde, que foi publicado no Diário Oficial nº 13 em 18.01.2002. E disse que não sabe qual o valor deste convênio. Pois quando é Federal vem aqui para Lãmara, mas quando é Estadual não vem. E disse que a Diretora do Hospital é incompetente e que ela não pode colocar em disponibilidade um funcionário do Hospital. Pois só o Governo tem poderes para fazer isso. E disse que só aconteceu isso porque o Elizeu não quis se filiar ao PFL. Falou também que o Júlio César disse para o Dr. Dimas que o Gregório não estava preparado para ser Prefeito. E pediu informações sobre a compra do Belim se foi para o Prefeito ou para o município. Fazendo uso da palavra, o Senhor Presidente falou ao Vereador José Neto que sobre as ações

que a Prefeitura vendeu, não pegou ainda as informações porque estava viajando. E sobre o compromisso com a Secretaria de Saúde, disse que vai averiguar. Fazendo uso da palavra, o Vereador Wallem pediu ao Sr. Presidente que implantasse a Internet aqui no computador da Câmara. Pois, agora pouco, o Vereador Carlos leu o boletim do Ministério da Saúde no qual consta o endereço eletrônico. E disse que sabe que foi liberado R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) para Secretaria de Saúde e não foi lido o boletim aqui na Câmara. Sendo assim ninguém sabe para que foi destinado este dinheiro. Se tivesse Internet aqui na Câmara já estaríamos sabendo. Disse também que os balancetes de 98 (noventa e oito) não foram postos em votação nesta tarde. E perguntou ao Sr. Presidente porque ainda não foi lido o Parecer do TCE sobre a Prestação de contas da Prefeitura referente ao ano de 1998. Fazendo uso da Palavra, o Vereador José Mota disse que tem um parecer do Dr. Ivan que culpa a Mesa Diretora da Câmara e se o prazo não for cumprido vai abrir um processo contra a Mesa Diretora. Com a palavra, a Vereadora Francineth disse que já pediu que fosse lido esse parecer aqui na Câmara. Com a palavra, o Vereador Wallem disse que o parecer se encontra aqui na Câmara. E disse que está faltando o de 99 e pediu ao Sr. Presidente que emitiesse um ofício ao Tribunal de Contas solicitando-o, pois eles já emitiram o parecer. E sobre o Projeto de lei de executivo que deu o terreno para construção do Fórum, disse que é laudável. E pediu que o referido projeto seja posto em votação na próxima sessão, para que seja

U

encaminhado logo ao Tribunal de Justiça. Pois a obra de construção do Fórum está avaliada em torno de 150 a 160 mil reais, incluindo um auditório. E disse que estamos de parabéns por receber esta obra. Fazendo uso da palavra, o Vereador Carlos disse que analisando as coisas, percebe que o erro começa lá de cima, desde o Governo Federal pois ele contratou mais de 12 mil agentes de saúde e nenhum tem carteira assinada. Fazendo uso da palavra, o Vereador Carlos disse que sobre as ações vendidas pela Prefeitura, veio um projeto para lâmpara informando que o dinheiro seria usado para pagamento de salários atrasados dos funcionários municipais. Com a palavra, o Vereador José Mota disse que não consta nos balancetes da Prefeitura este lançamento. E disse que todos os impostos pagos aqui a Dona Vera que é Tesoureira não dava entrada e quando o Posto da Caixa Econômica foi inaugurado aqui, o Georgiano disse que iria melhorar, pois a Vera iria pegar em menos dinheiro. E disse que nós Vereadores ganhamos bem e disse que temos que trabalhar pelo povo. Apoiado pelo Vereador Carlos, o mesmo disse que até hoje não viu nenhum Vereador que não trabalhasse a favor do povo. Com a palavra, o Vereador Gilberto disse que todos nós somos a favor do povo. Fazendo uso da palavra, a Vereadora Francineth disse que o Prefeito entregou o terreno que fica atrás do Hotel, na Av. Manoel Riburo da Fonseca, em um lote que ele tinha com o Coimbo. Fazendo uso da palavra, o Vereador José Mota disse que nós temos que cobrar mais, pois o Georgiano tem um

recibo de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) e por R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Esse recibo foi dado como construção de calçamento sendo que foi pago R\$ 3.000,00 (três mil reais) na hora e o restante quem pagou foi a Magnólia Dure também que a reforma da Câmara custou R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), e a Praça da Cruzeta R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), e perguntou em que foi gasto todo esse dinheiro fazendo uso da palavra, o Vereador Wallem disse que sobre o que o Vereador José Neto falou que o Vereador ganha muito dinheiro e não faz nada, disse que o apóia se ele trouxer os recibos e relatou que se nós discordamos do preço da praça e o calçamento que custou em torno de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) e o restante que foi de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) foi só de concreto. E perguntou porque não abrimos uma CPI para averiguar o preço da praça. Pois cabe a nós abriremos essa CPI pois a obra foi superfaturada. Com a palavra, o Vereador José Neto disse que o Georgiano é altamente ladrão e quer que ele o processe. E disse que tem um empreiteiro aqui em Guadalupe que quer mostrar uns recibos do Georgiano. Fazendo uso da palavra, o Senhor Presidente disse que se essa pessoa emitiu esses recibos está errada também. Aparteado pelo Vereador Edivan, o mesmo perguntou porque o Vereador José Neto não diz o nome da pessoa. Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente em nome de Deus declarou encerrada a presente Sessão. Eu, Carlos Alberto Oliveira da Silva, Primeiro Secretário, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada vai assinada por

em e pelos demais Vereadores presentes.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
Carlos Manoel O. Silva

Ata da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Guadalupe - Estado do Piauí

dos 22 (vinte e dois) dias do mês de julho de dois mil e dois (2002). Nesta cidade de Guadalupe no Colégio Legislativo, Vereador Georgiano Fernandes Lima na Sala denominada Vereador Everton Rodrigues dos Santos, onde funciona o Plenário reuniram-se os Senhores Vereadores: João Batista Sobrinho - Presidente, Francineth Lima da Costa - Vice-Presidente, Carlos Alberto Oliveira da Silva - 1º (primeiro) Secretário, Edizan Pereira de Miranda - 2º (vice) Presidente, Alderico Porto Mourinho - 2º segundo Secretário, Gilberto Gonçalves Guimarães, Domingos Martins Neto, José Lourenço Mourinho Neto e Wallem Rodrigues Mourinho. Expediente, o Sr. Presidente pôs em 1º (primeira) e 2º (segunda) votação o Projeto de Lei Nº 001/02, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício de 2003 e dá outras providências. O mesmo, foi aprovado por unanimidade nas